

CONCURSO PÚBLICO DO CARGO DE PROFESSOR
EDITAL N.º 793/SED/2026
24 de maio de 2026

NOME:

CARGO: **PROFESSOR - DIREITO**

LOCAL:

SALA:

INSTRUÇÕES

1) Conferência inicial

Verifique seu **nome e o cargo indicado** da capa deste caderno e leia atentamente as instruções.

2) Composição do caderno *(confira após o início da prova)*

- Contém 40 (quarenta) questões, caso você esteja inscrito em UM componente curricular.
- Contém 60 (sessenta) questões, caso você esteja inscrito em DOIS componentes curriculares.
- Todas as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada (A, B, C, D e E).
- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e observações exclusivamente neste Caderno.

3) Cartão-Resposta

Confira se o seu **nome, número de inscrição, data de nascimento, CPF e cargo** estão corretos. Caso identifique que o Cartão-Resposta não corresponde aos seus dados, comunique imediatamente ao fiscal **para que seja providenciada a substituição**. O fiscal não está autorizado a alterar informações impressas, e não serão aceitas reclamações posteriores. O preenchimento do Cartão-Resposta é de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição em caso de erro de preenchimento.

4) Material permitido

É obrigatório o uso exclusivo de caneta esferográfica fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.

5) Duração da prova

A prova terá duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.

6) Regras de saída

- Ao término da prova, entregue **obrigatoriamente** ao fiscal o Cartão-Resposta e este Caderno de Questões.
- A saída definitiva da sala somente será permitida após **2 (duas) hora** do início da prova.
- É permitido levar apenas a folha intermediária de respostas, localizada na última página deste caderno, desde que contenha exclusivamente as alternativas assinaladas, sendo vedadas quaisquer outras anotações.
- Os **3 (três) últimos candidatos** somente poderão se retirar da sala simultaneamente.

7) Assinaturas

Escreva seu nome completo e assine na capa deste Caderno, e assine também no local indicado no Cartão-Resposta.

BOA PROVA!



Nome completo: _____

Assinatura: _____

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 01

(Correta: C)

Ao revisar seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), uma escola estadual constatou que parte da infrequência, do rendimento irregular e do risco de evasão estava associada à assunção, por alguns estudantes, de tarefas recorrentes de cuidado no espaço doméstico. O colegiado pedagógico deliberou que a resposta institucional deveria evitar tanto a privatização do problema quanto a diluição da função escolar. Assinale a alternativa que traduz, com maior precisão técnico-pedagógica, a diretriz institucional mais compatível com educação em direitos humanos, proteção integral e equidade:

- (A) Assumir a corresponsabilidade pelo cuidado como fundamento para concentrar na própria escola a reorganização das rotinas protetivas dos estudantes, reservando à família, à comunidade e aos demais serviços públicos função complementar de apoio.
- (B) Priorizar medidas universalistas indiferenciadas, pois a identificação de grupos mais onerados pelo cuidado pode comprometer a impessoalidade administrativa e converter desigualdade social em tratamento preferencial incompatível com o direito comum à educação.
- (C) Institucionalizar no PPP critérios de identificação pedagógica, estratégias de permanência e articulação intersetorial, reconhecendo o cuidado como fator socialmente distribuído de forma desigual, sem condicionar a resposta escolar à prévia certificação externa da vulnerabilidade.
- (D) Incorporar o tema ao currículo e às ações de convivência, preservando a neutralidade institucional quanto a frequência, avaliação e permanência, já que intervenções específicas nessas dimensões dependem de violação formalmente comprovada por órgão da rede de proteção.
- (E) Reconhecer a relevância educacional do problema, mas tratá-lo por ajustes pedagógicos casuísticos e não formalizados, a fim de preservar a autonomia gestora, evitar cristalização de identidades vulneráveis e impedir que o PPP absorva situações cuja gênese principal é extraescolar.

Questão 02

(Correta: C)

Em discussão sobre a revisão de suas diretrizes internas, uma rede pública estadual decidiu reexaminar o lugar da alimentação escolar no planejamento educacional. O debate partiu da constatação de que a alimentação escolar não se limita ao abastecimento das unidades, pois pode repercutir sobre permanência, aprendizagem, saúde, segurança alimentar e organização territorial das compras públicas. Assinale a alternativa que expressa a formulação mais tecnicamente consistente dessa dimensão no âmbito da

política educacional:

- (A) A alimentação escolar pode produzir efeitos sobre aprendizagem e permanência, porém, tais efeitos não autorizam que sua organização seja orientada por critérios distributivos territorializados, sob pena de relativizar a universalidade do atendimento.
- (B) A alimentação escolar pode articular saúde, aprendizagem e sustentabilidade desde que a seleção de fornecedores e cardápios seja regida prioritariamente por neutralidade procedimental, sem finalidades adicionais de equidade ou fortalecimento de grupos historicamente priorizados.
- (C) A alimentação escolar pode ser tratada como componente da política educacional em sentido material, articulando garantia de direitos, permanência, qualidade da oferta, compras públicas e desenvolvimento local, sem reduzir a medida assistencial nem a variável acessória de desempenho.
- (D) A alimentação escolar pode ser reconhecida como direito social e como indutora de melhoria de indicadores desde que a dimensão pedagógica permaneça subordinada à segurança nutricional e sanitária, que constitui a finalidade própria e suficiente da política.
- (E) A alimentação escolar pode integrar estratégias de permanência, mas seus vínculos com compras públicas e desenvolvimento local devem permanecer externos ao planejamento educacional para resguardar a finalidade estritamente escolar da política.

Questão 03

(Correta: B)

Após sucessivos episódios de calor extremo, interrupções no abastecimento de água e aumento da infrequência em determinadas unidades, uma rede pública estadual instaurou grupo técnico para rever seus protocolos pedagógicos e de proteção. No debate, surgiu divergência: parte da equipe sustentou que a crise climática, embora grave, deveria permanecer tratada no âmbito de conteúdos ambientais e de contingência administrativa; outra parte defendeu que, no contexto da infância e da adolescência, o tema exige leitura institucional mais ampla porque o risco climático não decorre apenas da exposição a perigos, mas também da fragilidade de acesso a serviços essenciais. Ao elaborar o parecer técnico do grupo, a escola deve reconhecer que:

- (A) Respostas focadas em idade, deficiência, gênero ou contexto territorial, ainda que pertinentes, tendem a relativizar a impessoalidade administrativa e a unidade do direito à educação, razão pela qual a escola deve enfrentar os efeitos educacionais da crise climática com medidas universais e indiferenciadas.

- (B) A vulnerabilidade climática infantil resulta da combinação entre exposição a riscos e fragilidade no acesso a direitos e serviços essenciais, o que impõe à escola integrar currículo, equidade no acesso à aprendizagem, resiliência dos serviços escolares e articulação intersetorial como dimensões de uma resposta institucional fundada na proteção integral.
- (C) A crise climática pode ser tratada como problema transversal de formação cidadã e científica, desde que a escola preserve a separação entre currículo e proteção, evitando vincular resultados escolares e permanência a desigualdades estruturais que não se originam no espaço escolar.
- (D) A escola pode ampliar ações de adaptação e continuidade pedagógica, mas a leitura da crise climática como questão de direitos da infância exige reserva institucional, pois saúde, proteção social e segurança hídrica pertencem materialmente a outros setores e só ingressam na agenda escolar quando houver desastre formalmente reconhecido.
- (E) A escola deve assumir centralidade protetiva integral diante da vulnerabilidade climática infantil, reorganizando autonomamente respostas pedagógicas, sanitárias e assistenciais, de modo que a articulação com outros setores opere como reforço eventual e não como eixo estruturante da resposta pública.

Questão 04

(Correta: D)

Uma secretaria estadual analisou estudo territorializado sobre interrupções do transporte público em contexto de violência armada e verificou, em período letivo e horário escolar, mais de mil ocorrências em dois anos e meio, com duração média superior a oito horas, forte concentração em territórios específicos e efeitos desiguais sobre escolas e estudantes. O diagnóstico apontou que a instabilidade da circulação compromete frequência, tempo de aula, acesso a refeições, acolhimento e continuidade da rede de proteção, incidindo de modo mais intenso em territórios com maior vulnerabilidade social e com proporção mais elevada de estudantes negros e pardos. Considere as afirmativas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() A interrupção recorrente da mobilidade escolar constitui restrição material ao direito à educação e à proteção integral porque não afeta somente o deslocamento físico, mas também a continuidade do cuidado, da aprendizagem e do acesso a serviços garantidores de direitos, com efeitos cumulativos sobre trajetórias educacionais.

() Como a disseminação das interrupções atingiu a grande maioria das unidades escolares, a concentração territorial dos episódios mais graves deixa de operar como critério técnico relevante para a diferenciação de respostas institucionais, tornando equivalentes abordagens territorializadas e protocolos uniformes de gestão de risco.

() A sobreposição entre alta frequência de interrupções, maior vulnerabilidade social e concentração de estudantes negros e pardos nas escolas mais afetadas indica que a mobilidade interrompida atua como fator de intensificação de desigualdades educacionais com recorte racial, o que exige que a resposta institucional incorpore tanto leitura territorial quanto dimensão de equidade étnico-racial.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – F.
 (B) F – V – F.
 (C) F – F – V.
 (D) V – F – V.
 (E) V – V – F.

Questão 05

(Correta: C)

Ao regulamentar, no âmbito estadual, ações voltadas à garantia de água potável e infraestrutura sanitária em escolas públicas, uma secretaria de educação precisou compatibilizar três exigências: a universalidade do direito dos estudantes, a desigualdade territorial de acesso e a repartição de competências entre entes federados e programas suplementares. O diagnóstico disponível indicava maior incidência do problema em áreas rurais e vulneráveis, com repercussões sobre higiene, merenda, saúde, dignidade menstrual, permanência e segurança de meninas, além de sobreposição com desigualdades raciais e territoriais. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando o eixo de interpretação a sua respectiva formulação:

Primeira coluna: eixo de interpretação

1. Universalidade do direito com priorização territorial legítima.
2. Complementaridade federativa com apoio supletivo à execução escolar.
3. Água potável como condição material de permanência, proteção e equidade.

Segunda coluna: formulação correspondente

() Não autoriza que o apoio técnico-financeiro da União substitua as atribuições dos entes responsáveis pelo saneamento, mas admite repasses e ações suplementares que viabilizem soluções ajustadas às necessidades reais das escolas.

() Impede que a política seja reduzida a obra física ou insumo administrativo, pois a ausência de água repercute simultaneamente sobre alimentação, higiene, dignidade menstrual, saúde, aprendizagem e exposição a violências.

() Compatibiliza a garantia comum a todos os estudantes com estratégias focalizadas em territórios mais vulneráveis, sem converter impessoalidade administrativa em indiferenciação diante de desigualdades materiais.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 1 – 3 – 2.
- (B) 3 – 1 – 2.
- (C) 2 – 3 – 1.
- (D) 2 – 1 – 3.
- (E) 1 – 2 – 3.

Questão 06

(Correta: E)

Ao revisar seu protocolo de convivência e proteção, uma rede pública estadual concluiu que o enfrentamento do cyberbullying não pode ser pensado nem como simples extensão disciplinar do bullying presencial, nem como problema estritamente privado a ser resolvido entre famílias e plataformas digitais. O diagnóstico institucional considerou quatro elementos: a intensificação dos ataques por tecnologias digitais e ferramentas de IA; o desconhecimento, por parte de muitas crianças, sobre como denunciar; a permanência dos danos emocionais e reputacionais; e a insuficiência de respostas escolares episódicas, sem formação continuada e sem fluxos de manejo. Nesse enquadramento, o cyberbullying deve ser compreendido como violência marcada por _____; a resposta escolar imediata deve combinar _____; e a prevenção institucional duradoura exige _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas no excerto:

- (A) Conflito virtual persistente com impacto emocional e reputacional, independentemente de rastros digitais – interrupção do fato e encaminhamento disciplinar, cabendo às famílias reunir provas e definir denúncia – desenvolvimento socioemocional dos estudantes, sem centralidade para capacitação docente e manejo em rede.
- (B) Circulação ampliada de conteúdos vexatórios, desde que originados no espaço escolar – bloqueio do agressor e remoção do material, reservando o registro para casos tipificados penalmente – protocolos digitais da gestão e apoio externo quando solicitado pela vítima.
- (C) Comunicação hostil capaz de constranger ou humilhar, sobretudo quando publicamente visível – acolhimento da vítima e orientação do agressor, mantendo canais externos para hipóteses extremas – sensibilização da comunidade escolar e uso eventual de materiais educativos, sem necessidade de protocolo contínuo.
- (D) Exposição recorrente a interações ofensivas online, ainda que sem assimetria relacional relevante – mediação reservada e comunicação às famílias, com formalização apenas após reincidência – campanhas periódicas de sensibilização e orientação tecnológica concentrada nos estudantes.

- (E) Repetição intencional potencializada por anonimato, persistência do conteúdo e amplificação digital – acolhimento, interrupção da agressão, registro formal e preservação de evidências – formação continuada, cidadania digital, ações restaurativas e articulação com famílias e rede de proteção.

Questão 07

(Correta: A)

Evidências nacionais sobre violência sexual contra crianças e adolescentes facilitada pela tecnologia mostram que o fenômeno atravessa interações online e presenciais, envolve com frequência pessoas conhecidas das vítimas, produz silêncio recorrente e afeta saúde mental, trajetória escolar e condições de proteção. O mesmo conjunto de evidências indica que respostas baseadas em aconselhamento genérico, mera restrição de dispositivos, espera pela formalização da denúncia ou simples encaminhamento posterior tendem a ser insuficientes diante da complexidade do problema. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando cada eixo analítico à sua implicação institucional correspondente:

Primeira coluna: eixo analítico

1. Caráter híbrido e relacional da violência facilitada pela tecnologia.
2. Silêncio da vítima como obstáculo estrutural à proteção.
3. Insuficiência de respostas reativas e fragmentadas.

Segunda coluna: implicação institucional

(__) Estratégias escolares que aguardam denúncia formal, prova consolidada ou revelação espontânea tendem a operar tardiamente porque a não comunicação decorre de vergonha, medo, culpa, ameaça e desconhecimento dos caminhos de ajuda, e não de irrelevância do dano.

(__) Abordagens educativas centradas em "perigos da internet" ou em contatos com desconhecidos tornam-se analiticamente estreitas porque parcela expressiva dos casos combina mediação digital, vínculos prévios, confiança, proximidade e desdobramentos fora do ambiente exclusivamente virtual.

(__) Protocolos que se limitem a registrar o fato e encaminhar posteriormente para outro setor deixam lacunas protetivas porque a resposta efetiva exige articulação continuada entre escola, famílias, rede de garantia de direitos e proteção digital, desde antes da publicização do dano.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2 – 1 – 3.
- (B) 3 – 2 – 1.
- (C) 2 – 3 – 1.
- (D) 1 – 2 – 3.
- (E) 1 – 3 – 2.

Questão 08

(Correta: B)

No planejamento educacional de longo prazo, uma leitura prospectiva orientada pelos direitos da infância não toma a estabilização global da população infantil, prevista para meados do século, como autorização para respostas homogêneas. O ponto decisivo é que esse dado convive com rearranjos regionais, pressões etárias distintas e urbanização crescente, exigindo desenho institucional sensível ao contexto. Nessa chave interpretativa, o dado estrutural mais relevante não é a mera estabilização numérica da infância, mas sua _____; em alguns contextos, isso pode abrir janela de _____; em sociedades envelhecidas, exige-se _____; e, diante da urbanização crescente, torna-se indispensável o desenho de cidades _____ para crianças e adolescentes.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas no excerto:

- (A) Redistribuição regional – equilíbrio demográfico automático – neutralidade etária na alocação de recursos – compactas, conectadas e eficientes.
- (B) Redistribuição regional – dividendo demográfico – equidade intergeracional sem rebaixamento das prioridades infantis – responsivas, seguras e inclusivas.
- (C) Redistribuição regional – convergência etária – compensação entre gerações com flexibilização dos serviços infantis – adaptadas, densas e funcionais.
- (D) Estabilização relativa – dividendo demográfico – neutralidade etária na distribuição de serviços – compactas, seguras e eficientes.
- (E) Estabilização relativa – dividendo geracional – equidade intergeracional sem diferenciação de prioridades – responsivas, seguras e inclusivas.

Questão 09

(Correta: C)

Após aumento de indisciplina recorrente, cyberagressões, conflitos discriminatórios e sofrimento emocional entre estudantes, uma secretaria estadual decidiu rever as diretrizes de convivência para escolas dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. À luz de uma concepção pedagogicamente qualificada de convivência escolar, assinale a alternativa correta:

- (A) Estruturar resposta institucional articulando: formação na prática, suporte técnico especializado, protocolo unificado de registro e encaminhamento para incivildades, indisciplina, bullying e cyberagressões, para preservar coerência institucional, reduzir subnotificação e garantir isonomia no tratamento pedagógico das ocorrências.

- (B) Estruturar ações preventivas e formativas com participação estudantil, articulando assembleias, práticas restaurativas e projetos temáticos recorrentes sobre bullying, discriminação e cyberagressão, tomando campanhas de sensibilização coletiva como eixo suficiente para que mudanças culturais mais profundas se consolidem progressivamente.

- (C) Estruturar ações diferenciadas e complementares, integradas ao Projeto Político-Pedagógico, articulando via institucional, interpessoal e curricular com formação na prática, suporte técnico, participação estudantil e articulação com a rede de proteção, sustentadas pela eficácia coletiva dos profissionais e não pela soma de competências individuais.

- (D) Estruturar diagnóstico participativo ancorado nas percepções de docentes, gestores e estudantes e protocolo graduado por gravidade, inserindo ações curriculares e participativas de convivência após identificação compartilhada dos problemas prioritários, para ampliar adesão progressiva e coerência nas intervenções.

- (E) Estruturar plano institucional de convivência integrado ao Projeto Político-Pedagógico, com formação docente, suporte técnico e ações curriculares diferenciadas para cada tipo de manifestação, concentrando mediação, assembleias e apoio entre pares em equipe especializada para garantir unidade técnica e reduzir dispersão interventiva.

Questão 10

(Correta: E)

Em uma rede estadual, passam a circular em grupos de mensagens e perfis sociais conteúdos atribuídos a professores, gestores e estudantes, alguns autênticos, outros adulterados, descontextualizados ou sinteticamente produzidos, com impacto sobre reputações, confiança institucional e convivência escolar. Diante da pressão por respostas rápidas, surgem propostas que vão da suspensão generalizada do julgamento à adoção de soluções tecnológicas de autenticação como eixo central, passando pela simples responsabilização individual de quem compartilha conteúdos duvidosos. À luz de uma compreensão institucionalmente qualificada da cultura digital e da proteção da vida democrática no ambiente escolar, assinale a alternativa correta:

- (A) Instituir protocolo baseado na priorização exclusiva de comunicações oficiais e na suspensão do juízo por parte da comunidade escolar até manifestação de autoridade competente, porque a contenção do distúrbio informacional requer neutralizar interpretações autônomas no espaço institucional.

- (B) Instituir política de cidadania digital centrada na responsabilização de quem compartilha conteúdos não verificados e no encaminhamento jurídico dos casos graves, porque o problema se concentra primariamente em condutas desviantes, mais do que em dinâmicas estruturais de circulação e modulação informacional.
- (C) Instituir arquitetura de autenticidade digital para conteúdos institucionais e treinamento permanente de checagem, tomando validação tecnológica, rastreabilidade e detecção de fraude como eixo suficiente para recompor confiança pública e enfrentar o ecossistema desinformativo.
- (D) Instituir fluxo colaborativo de curadoria entre escola, comunidade e provedores de plataforma, conferindo a moderadores externos a decisão final sobre conteúdos controversos, porque a complexidade técnica das redes torna imprópria a intervenção pedagógica da escola, além das ações orientativas gerais.
- (E) Instituir resposta que combine verificação qualificada, leitura crítica das mediações algorítmicas, educação midiática contínua, canais oficiais transparentes e preservação do contraditório, sem transferir integralmente a plataformas, ao Judiciário ou a soluções técnicas automáticas a definição do que deve ser crido e partilhado.

METODOLOGIA DA PRÁTICA DOCENTE

Questão 11

(Correta: A)

Em uma escola estadual de periferia urbana, com alta rotatividade docente e histórico de subutilização dos espaços físicos, o Conselho Escolar aprovou a reabertura, no contraturno, de biblioteca, pátio coberto, horta e laboratório de informática. Grupos distintos disputam a coordenação dos espaços: coletivos de estudantes organizados propõem autorregulação com supervisão mínima; docentes experientes defendem regulamento técnico centralizado na gestão; representantes da comunidade reivindicam cessão formal com contrapartidas; e o próprio Conselho Escolar propõe integração das regras ao Projeto Político-Pedagógico com revisão anual. Diante da tensão entre participação efetiva, equidade de acesso, continuidade institucional e responsabilidade pública, assinale a alternativa que melhor expressa uma gestão democraticamente qualificada desses espaços:

- (A) Deliberar, em processo colegiado ampliado, regras de uso, cuidado e corresponsabilidade integradas ao PPP, com mecanismos de revisão periódica e de mediação de conflitos, preservando o dever do poder público de garantir condições estruturais de funcionamento independentemente do nível de engajamento dos grupos.

- (B) Reconhecer a proposta dos coletivos de estudantes como expressão legítima de autogovernança e instituir autorregulação supervisionada, porque a capacidade de gestão coletiva autônoma se desenvolve pela prática e não pode ser substituída por deliberação institucional prévia sem risco de captura burocrática.
- (C) Formalizar cessão dos espaços aos representantes da comunidade mediante pactos de colaboração com metas e prestação de contas ao Conselho Escolar porque a corresponsabilidade territorial fortalece o vínculo entre escola e comunidade e distribui o ônus da gestão sem comprometer a supervisão colegiada.
- (D) Aprovar regulamento pelo Conselho Escolar com cláusulas de uso e mediação, integrando ao PPP apenas as dimensões formativas da participação, e reservar a gestão operacional dos espaços a atos administrativos da direção, porque a separação entre deliberação pedagógica e administração dos recursos evita sobrecarga do PPP e preserva a agilidade institucional.
- (E) Aprovar regulamento técnico centralizado na gestão, com consulta aos segmentos, porque a alta rotatividade docente e a fragilidade organizativa dos grupos tornam a deliberação colegiada ampla um procedimento de risco para a continuidade e a equidade do acesso aos espaços.

Questão 12

(Correta: E)

Uma Secretaria Estadual de Educação decide ofertar formação continuada comum a docentes dos anos iniciais do ensino fundamental, anos finais, ensino médio, EJA e educação profissional-técnica, com foco em didática e metodologias ativas. A equipe responsável conclui que o erro mais recorrente nas formações anteriores foi tratar metodologias como repertório de técnicas transferíveis de modo imediato entre etapas e modalidades, como se bastasse substituir aula expositiva por projetos, jogos, rotação, sala invertida ou resolução de problemas para que a aprendizagem se qualificasse. À luz de uma concepção didática mais rigorosa, assinale a alternativa que melhor enfrenta esse problema sem reduzir a formação docente, nem a um treinamento de ferramentas, nem a uma abstração pedagógica sem transposição para a prática:

- (A) Concentrar a formação na coerência avaliativa, com rubricas e portfólios reflexivos, pois a principal fragilidade da prática docente não está na seleção das metodologias, mas na ausência de instrumentos objetivos que estabilizem expectativas de desempenho e tornem comparáveis os resultados entre etapas e modalidades.

- (B) Estruturar a formação por repertório metodológico progressivo, iniciando por técnicas menos complexas e avançando para as mais exigentes, sob o pressuposto de que o domínio sucessivo dos dispositivos didáticos gera, por acumulação, a competência pedagógica necessária à sua aplicação em diferentes públicos.
- (C) Diferenciar a formação por etapa e modalidade apenas no momento de aplicação, mantendo núcleo didático geral centrado na ativação do estudante, uma vez que as especificidades curriculares, etárias e contextuais afetam mais o ritmo da execução do que a lógica pedagógica das metodologias empregadas.
- (D) Priorizar metodologias de maior adaptabilidade formal, como gamificação e aprendizagem baseada em projetos, pois sua plasticidade operacional permite atender, com poucas adequações, desde a alfabetização até a educação profissional, preservando o protagonismo discente como eixo didático comum.
- (E) Organizar a formação a partir da articulação entre compreensão do conteúdo, transformação pedagógica, ensino, avaliação, reflexão e nova compreensão, de modo que cada metodologia seja selecionada conforme objetivos formativos, características dos estudantes, etapa/modalidade, contexto e critérios explícitos de acompanhamento da aprendizagem.

Questão 13

(Correta: B)

Uma pesquisa realizada com 500 mil professores e estudantes das redes públicas de cinco estados brasileiros identificou que estudantes capazes de contar com seus professores para falar sobre sentimentos apresentam média de propósito de vida 16% maior do que os demais, e que essa diferença sobe para 30% quando se controla o indicador de saúde mental. O mesmo estudo aponta que as competências socioemocionais respondem por 54,9% dos fatores que influenciam o desenvolvimento do propósito de vida dos estudantes, e que a qualidade da relação com o docente responde por 14,7%. Paralelamente, pesquisadores e educadores de cultura popular têm defendido que a prática pedagógica deve articular os saberes do território, as raízes culturais dos estudantes e as tradições comunitárias como base da construção de identidade e pertencimento, em consonância com a obrigatoriedade curricular do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Considerando os fundamentos da mediação pedagógica, da aprendizagem socioemocional e da educação para a diversidade, a prática docente que integra o desenvolvimento de competências socioemocionais ao trabalho com os saberes culturais do território e melhor se sustenta diante desse conjunto de evidências é aquela que:

- (A) Concentra os momentos de trabalho explícito com competências socioemocionais nos projetos integradores e nas práticas coletivas para preservar a intencionalidade disciplinar dos demais tempos pedagógicos.
- (B) Reconhece que o vínculo afetivo com o docente e o pertencimento identitário são condições pedagógicas que potencializam mutuamente o propósito de vida e a aprendizagem.
- (C) Atribui centralidade à participação das famílias e da comunidade na construção do propósito de vida, enquanto o docente organiza pedagogicamente esses vínculos no interior do projeto escolar.
- (D) Prioriza as estratégias de acolhimento emocional como condição prévia ao trabalho com conteúdos disciplinares, dado que a mediação afetiva qualificada é o que torna o estudante disponível para a aprendizagem cognitiva.
- (E) Organiza o aprofundamento das questões identitárias em componentes e momentos curriculares mais diretamente voltados à linguagem, à expressão e à reflexão ética, sem prejuízo de articulações pontuais com as demais áreas.

Questão 14

(Correta: D)

Em ambientes de aprendizagem investigativa e de criação, a literatura pedagógica contemporânea distingue momentos progressivos de facilitação com práticas distintas: acolher e oferecer ponto de partida para despertar o interesse; sustentar a participação seguindo as ideias dos aprendizes; e aprofundar a compreensão por meio de conexões entre o que produzem e experiências mais amplas. Esses ambientes produzem dimensões observáveis de aprendizagem que o docente deve reconhecer, entre elas: o engajamento, a iniciativa, a persistência diante de obstáculos e o suporte colaborativo entre pares. Um professor que adota essa abordagem em uma atividade de criação percebe que um grupo de estudantes começa a apresentar frustração diante de uma dificuldade, mas permanece trabalhando no problema. Reconhecendo a persistência como indicador de aprendizagem ativa e sem substituir a intencionalidade dos estudantes, a intervenção docente mais adequada nesse momento é:

- (A) Introduzir termos técnicos que nomeiem o problema enfrentado, ampliando o repertório conceitual disponível para a resolução da dificuldade identificada.
- (B) Convidar o grupo a observar como outros grupos estão enfrentando desafios semelhantes, estimulando conexões e novas abordagens dentro do próprio espaço investigativo.
- (C) Convidar o grupo a verbalizar o que produziu até o momento, tornando explícitas as conexões entre o processo em curso e o produto esperado.

- (D) Oferecer sugestões que permitam ao grupo avançar por seu próprio caminho, preservando a autoria do processo investigativo em curso.
- (E) Celebrar o esforço demonstrado, validando afetivamente o engajamento como forma de sustentar a motivação diante da dificuldade apresentada pelo grupo.

Questão 15

(Correta: A)

Um docente planeja uma atividade digital em que os estudantes, organizados em grupos, criam animações interativas sobre temas de seu interesse, podendo reelaborar produções de colegas e publicar versões aprimoradas para a turma. Durante o processo, são incentivados a testar hipóteses, registrar erros, propor ajustes e refletir coletivamente sobre o percurso. Ao analisar a atividade sob o referencial da Aprendizagem Criativa, o docente reconhece que a efetividade pedagógica do design proposto depende, centralmente, de qual das seguintes condições? Assinale a alternativa correta:

- (A) A articulação entre projetos com intencionalidade pessoal, colaboração entre pares, exploração aberta de possibilidades e reflexão metacognitiva sobre o processo produtivo, de modo que cada dimensão sustente as demais em uma espiral iterativa.
- (B) A centralidade da autoria compartilhada como produto pedagógico, desde que o processo contemple rodadas formativas de revisão capazes de conferir progressão conceitual mensurável às versões publicadas.
- (C) A garantia de que a reelaboração de produções entre pares seja acompanhada de registro reflexivo sobre as escolhas realizadas, de modo que a colaboração produza aprendizagem conceitual e não apenas acumulação de versões sem ancoragem no percurso criativo.
- (D) A valorização do erro e da tentativa como dados do processo criativo, articulada à publicação progressiva das versões como mecanismo de retroalimentação entre pares que sustente o engajamento ao longo da atividade.
- (E) A organização dos grupos de modo que cada estudante mantenha envolvimento ativo com o projeto como um todo, assegurando que a colaboração não se fragmente em contribuições isoladas desconectadas da intencionalidade coletiva.

Questão 16

(Correta: C)

Um ciclo de atividades mão na massa é organizado em três momentos encadeados: uma Roda de Leitura, na qual uma narrativa disparadora cria um território comum de significados para o grupo; uma Roda Mão na Massa, na qual os estudantes constroem livremente artefatos a partir de uma provocação relacionada ao texto; e uma

Roda de Narrativas, na qual cada estudante apresenta sua produção e a turma pratica escuta entre pares. Durante a Roda Mão na Massa, o docente observa que vários estudantes abandonam a provocação inicial e passam a explorar os materiais de forma aparentemente desvinculada do tema proposto. Ao avaliar se deve intervir para reorientar o grupo, o docente precisa considerar o pressuposto epistemológico mais coerente com uma proposta pedagógica fundamentada no construcionismo, em que o artefato produzido é tratado como mediador da construção de significados e não como representação de um conteúdo previamente definido. Assinale a alternativa que indica corretamente esse pressuposto epistemológico:

- (A) A ausência de roteiro para a construção pode ser mantida, desde que o docente conduza intervenções pontuais de reorientação que aproximem progressivamente as produções ao tema proposto sem interromper o fluxo criativo.
- (B) O distanciamento temático durante a construção pode ser pedagogicamente produtivo, desde que o mediador acompanhe o processo e intervenha para preservar a conexão entre o que está sendo construído e o território de significados inaugurado pela Roda de Leitura.
- (C) A exploração livre dos materiais integra o processo criativo, pois o artefato construído funciona como objeto para pensar e o significado em relação ao tema pode emergir na Roda de Narrativas, sem precisar estar presente durante a construção.
- (D) O encadeamento entre os três momentos opera como estrutura de progressão conceitual, de modo que a Roda de Narrativas pressupõe que os artefatos produzidos tenham mantido algum vínculo intencional com a provocação durante a construção.
- (E) A construção livre de artefatos é pedagogicamente válida desde que os estudantes sejam capazes de explicitar, na Roda de Narrativas, a conexão entre o objeto produzido e o problema colocado pela provocação inicial.

Questão 17

(Correta: C)

Uma equipe docente revisou sua sequência didática para torná-la mais inclusiva. O novo planejamento prevê, desde o início, diferentes formas de engajamento e múltiplos modos de representação do conteúdo, mantendo objetivos curriculares comuns para todos os estudantes. As formas de ação e de expressão da aprendizagem, contudo, foram mantidas uniformes, com a justificativa de que a diversificação nesse eixo seria reservada ao momento da avaliação, quando as dificuldades individuais se tornam pedagogicamente visíveis. Um especialista em planejamento inclusivo, ao analisar a proposta, reconhece que ela avança em relação ao modelo adaptativo reativo, mas ainda apresenta uma inconsistência estrutural em relação à perspectiva que propõe o desenho curricular como antecipação proativa das barreiras à participação e à

aprendizagem. Essa inconsistência reside no fato de que:

- (A) A uniformidade nas formas de ação e expressão é estruturalmente incompatível com a diversidade de percursos prevista nos outros dois eixos, porque impede que os objetivos curriculares comuns funcionem como horizonte formativo real para todos os estudantes e não apenas como referência formal do planejamento.
- (B) A reserva da flexibilização das formas de ação e expressão para o momento em que as dificuldades individuais tornam-se visíveis reproduz, no eixo da demonstração da aprendizagem, a mesma lógica reativa que o planejamento proativo pretendeu superar nos eixos do acesso e da participação, convertendo um princípio de desenho curricular em mecanismo de correção posterior.
- (C) A flexibilização das formas de ação e expressão compõe, desde o planejamento, o mesmo princípio estruturante que orienta o engajamento e a representação, de modo que sua reserva ao momento avaliativo reintroduz, pela via da demonstração da aprendizagem, a homogeneização que o desenho proativo pretendeu superar.
- (D) A manutenção de objetivos curriculares comuns com diversificação do engajamento e da representação, mas não das formas de expressão, resulta em planejamento internamente contraditório, pois a coerência entre os princípios do desenho proativo exige que a antecipação das barreiras opere simultaneamente nos três eixos e não de forma seletiva.
- (E) A antecipação da diversificação do engajamento e da representação sem o mesmo tratamento nas formas de ação e expressão fragmenta internamente o planejamento, pois os estudantes acessam o conteúdo por percursos variados, mas são constrangidos a demonstrar suas aprendizagens por um único canal, o que compromete a validade das evidências produzidas em relação aos objetivos comuns.

Questão 18

(Correta: E)

Uma escola pública elaborou coletivamente seu Projeto Político-Pedagógico, definindo como eixo formativo central o desenvolvimento da autonomia crítica dos estudantes e a articulação entre conhecimento escolar e realidade social. No entanto, ao analisar os planos de aula dos docentes, a equipe pedagógica constata que a maioria deles organiza os conteúdos de forma estritamente sequencial e disciplinar, com avaliações predominantemente somativas e sem referência explícita aos objetivos formativos estabelecidos no PPP. Considerando os fundamentos do planejamento escolar como processo articulado entre seus diferentes níveis, assinale a alternativa que indica a leitura pedagógicamente mais adequada dessa situação:

- (A) A organização sequencial e disciplinar dos conteúdos é compatível com o desenvolvimento da autonomia crítica desde que os professores demonstrem domínio dos conceitos trabalhados e promovam a participação ativa dos estudantes durante as aulas.
- (B) A ausência de referência explícita ao PPP nos planos de aula pode indicar que os docentes internalizaram os objetivos formativos do projeto sem necessidade de enunciá-los formalmente, sendo necessário verificar, por meio do acompanhamento das práticas, se a autonomia crítica está sendo efetivamente promovida em sala de aula.
- (C) A desarticulação entre PPP e planos de aula é um problema de implementação que requer solução no âmbito da formação continuada, cabendo à equipe pedagógica promover estudos coletivos sobre o documento para que os docentes reconheçam os eixos formativos e os incorporem progressivamente aos seus planejamentos.
- (D) A predominância de avaliações somativas é o principal indicador de desarticulação com o PPP porque impede o acompanhamento processual da aprendizagem e inviabiliza a verificação do desenvolvimento da autonomia crítica ao longo do percurso formativo.
- (E) A incoerência entre o PPP e os planos de aula revela uma ruptura na cadeia de intencionalidade pedagógica, indicando que o planejamento de ensino não foi concebido como desdobramento do projeto coletivo da escola, mas como tarefa individual desvinculada de suas bases teórico-metodológicas.

Questão 19

(Correta: D)

Uma rede pública instituiu provas bimestrais centralizadas para todas as escolas, acompanhadas de relatórios individualizados por turma com indicação das habilidades em que cada estudante apresentou desempenho abaixo do esperado. Os relatórios são entregues aos professores em até quinze dias após a aplicação. A rede denomina o processo de "sistema de avaliação formativa continuada" e o apresenta como instrumento de recomposição das aprendizagens. No entanto, não há protocolo institucional de análise coletiva dos resultados, não há revisão do planejamento curricular articulada aos dados e as mediações pedagógicas subsequentes ficam inteiramente a critério de cada docente. Ao final do ano, os resultados compõem o histórico de desempenho dos estudantes e orientam decisões de progressão. Considerando os fundamentos da avaliação formativa e sua função pedagógica, assinale a alternativa que indica a interpretação tecnicamente mais adequada dessa política:

- (A) O processo aproxima-se da avaliação diagnóstica mais do que da formativa, pois mapeia habilidades defasadas por estudante sem que os dados produzidos retroalimentem um ciclo institucional de planejamento, mediação e monitoramento articulado entre docentes, gestão e currículo.
- (B) A política pode ser considerada formativa porque oferece aos professores informações individualizadas em tempo hábil para orientar intervenções, sendo a análise coletiva e a revisão curricular atributos desejáveis, mas não constitutivos do caráter formativo de uma avaliação em larga escala.
- (C) A política apresenta coerência conceitual com a avaliação formativa porque a devolutiva em quinze dias atende ao critério de tempestividade e os relatórios por habilidade permitem ao professor identificar lacunas e planejar intervenções sem depender de protocolos centralizados de análise.
- (D) A existência de relatórios individualizados e devolutiva tempestiva são condições necessárias, mas não suficientes, para caracterizar a avaliação como formativa, pois a ausência de análise coletiva articulada ao currículo e de mediações institucionalmente estruturadas converte o processo em monitoramento classificatório sem função reguladora da aprendizagem.
- (E) O sistema atende parcialmente à concepção formativa porque combina periodicidade regular com devolutiva individualizada, cabendo à gestão escolar converter os dados em ações de mediação, o que preserva a autonomia pedagógica dos docentes sem comprometer a função reguladora do processo.

Questão 20

(Correta: D)

Uma rede pública implementou um programa de desenvolvimento profissional docente que inclui reuniões pedagógicas mensais, uma plataforma digital de registro de práticas e acesso a materiais de formação continuada. Paralelamente, os professores passaram a ser responsabilizados por elevar indicadores de aprendizagem, produzir e registrar digitalmente todas as atividades, articular projetos interdisciplinares, conduzir atendimentos socioemocionais e manter contato sistemático com as famílias. As reuniões mensais são ocupadas predominantemente por demandas administrativas e repasse de informações, sem tempo estruturado para planejamento coletivo, estudo ou análise pedagógica dos dados produzidos pela plataforma. A rede apresenta o conjunto como modelo de escola contemporânea de qualidade. Considerando os fundamentos da organização do trabalho pedagógico e do desenvolvimento profissional docente, assinale a alternativa que indica a interpretação mais adequada dessa situação:

- (A) O modelo é coerente com a concepção de escola contemporânea de qualidade porque distribui entre os professores responsabilidades que antes eram fragmentadas entre diferentes agentes institucionais, promovendo integração e ampliando o alcance formativo da ação docente.
- (B) A sobreposição de atribuições configura problema pedagógico independentemente dos resultados, mas pode ser gerenciada quando os professores desenvolvem competências de autorregulação e priorização que lhes permitam selecionar, entre as demandas concorrentes, aquelas com maior impacto direto sobre a aprendizagem dos estudantes.
- (C) A plataforma digital de registro e as reuniões mensais configuram suporte institucional suficiente para o desenvolvimento profissional desde que os professores utilizem os dados produzidos para orientar suas próprias intervenções pedagógicas de forma autônoma e continuada.
- (D) A existência de estruturas formais de suporte, como reuniões e plataformas, não é suficiente para caracterizar condições institucionais adequadas ao trabalho docente, pois a legitimidade pedagógica da ampliação de atribuições depende de tempos efetivos de planejamento coletivo, estudo e análise articulados ao núcleo do ensinar.
- (E) O programa representa avanço no desenvolvimento profissional docente porque combina formação continuada, registro sistemático de práticas e articulação com famílias, dimensões que, quando presentes simultaneamente, constituem as condições necessárias e suficientes para qualificar o trabalho pedagógico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PROFESSOR - DIREITO

Questão 21

(Correta: A)

Considere as afirmativas relacionadas aos direitos das pessoas trabalhadoras no Brasil apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__) Como prescreve o Art. 8º da Constituição Federal, a associação sindical é livre, mas há limites para a criação de sindicatos, não podendo serem criadas, por exemplo, várias organizações sindicais para representar uma categoria profissional no mesmo município.

(__) A Constituição Federal veda a discriminação, mas essa regra só vale para o Poder Público – Administração Direta e Indireta. Assim, empresas privadas e pessoas físicas podem selecionar candidatos a partir de critérios raciais, de orientação sexual ou de gênero, pois isso faz parte do livre mercado.

(__) A legislação trabalhista traz especial proteção à parentalidade. Uma dessas proteções é a Licença e o Salário Maternidade, que são sempre de 120 dias para a iniciativa privada e de 180 dias para servidoras públicas federais.

(__) O Trabalho e a Livre Iniciativa são princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito.

(__) Desde a Reforma Trabalhista de 2022, a CLT tem sofrido uma série de alterações, dentre elas consta a possibilidade de acordo individual firmado entre empregador e empregado para redução de salário, com manutenção de jornada de trabalho, em momentos em que empresas passem por dificuldades financeiras. Essa foi uma forma que o legislador encontrou de garantir empregos e funcionamento do mercado.

Assinale a alternativa que representa a sequência correta:

- (A) V – F – F – V – F.
- (B) F – F – V – V – F.
- (C) V – V – V – F – V.
- (D) V – V – F – F – V.
- (E) F – F – V – F – V.

Questão 22

(Correta: E)

A Lei n.º 14.457/2022, que institui o Programa Emprega + Mulheres, oferece medidas para a inserção e manutenção das mulheres no mercado de trabalho. Marque a alternativa que apresenta medidas dessa Lei, tanto afirmativas, quanto restritivas:

- (A) Essa lei não se aplica a casais de pessoas do mesmo sexo, uma vez que essas relações, embora reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal, não foram ainda prescritas em lei.
- (B) A Lei traz significativas mudanças, mas falha ao não incluir medidas que incluam os homens, com isso mantendo a cultura de priorização de homens para contratação, já que o Programa Emprega + Mulheres pode onerar os custos operacionais.
- (C) Visando a mais ampla proteção às mulheres, a Lei proíbe que haja acordo individual para qualquer uma de suas medidas, pois o desequilíbrio de poder é uma característica intrínseca aos acordos individuais, o que é ainda mais presente quando se trata de um grupo em maior vulnerabilidade econômica, como é o caso das mulheres.
- (D) Em compasso com o Art. 226 da CF/88, que prevê especial proteção à Família pelo Estado, essa lei aplica-se apenas a filhas(os) sanguíneas(os) ou adotivas(os), proporcionando maior inserção e manutenção de mulheres no mercado de trabalho.
- (E) A Lei apresenta medidas para a inserção e manutenção das mulheres no mercado de trabalho que contemplam desde a primeira infância e, em alguns casos, podendo ser asseguradas não havendo limitação de idade dos filhos. Além disso, apresenta medidas de prevenção e combate ao assédio e prevê medidas para a qualificação das mulheres, incentivando não só o emprego, mas a ascensão profissional.

Questão 23

(Correta: E)

Considere as alternativas a seguir sobre o Programa Jovem Aprendiz (criado pela Lei n.º 10.097/2000) e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__) Essa Lei tem sido alvo de duros debates, uma vez que tem sido usada por empresas para precarizar a mão de obra e explorar adolescentes, já que não estabelece cotas de contratação de Jovens Aprendizes.

(__) O programa estabelece que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens entre 14 e 24 anos para programas de aprendizagem profissional, combinando-se formação técnico-profissional metódica, teórica e prática.

(__) Jovens portadoras/es de deficiência mental estão incluídas/os nessa lei, mas existem regras adicionais para sua contratação, como a comprovação de escolaridade que considere as habilidades e competências relacionadas à profissionalização.

(__) Como a Lei do Jovem Aprendiz é silente em relação a jovens portadoras/es de deficiência física, não podem ser contratadas/os nessa modalidade, pois por se tratar de um grupo de pessoas em maior vulnerabilidade social, precisam de ampla proteção do Estado, só podendo ser incluídos quando houver disposição expressa de lei específica, o que não é o caso da Lei n.º 10.097/2000.

(__) Quem está inserido no Programa Jovem Aprendiz não tem direito ao Programa Pé-de-Meia, pois o benefício social do governo a jovens estudantes não é cumulativo com outra ação de incentivo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – F – V – V.
- (B) V – V – F – F – V.
- (C) F – F – V – V – F.
- (D) F – F – V – F – V.
- (E) F – V – V – F – F.

Questão 24

(Correta: A)

A Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) é a legislação principal que organiza o sistema nacional brasileiro. A esse respeito, registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__) A LDB é vinculante para o ensino público do país, mas apenas uma orientação para o ensino privado. Isso significa que escolas particulares podem criar suas próprias bases curriculares e seus próprios sistemas de ensino, devendo ser reconhecidas pelo Estado, uma vez que a Constituição Federal garante o direito à livre iniciativa e ao pluralismo de ideias.

(__) A LDB é fundamentada na Constituição Federal, sendo um direito social garantido a toda população e

estabelece princípios como igualdade de acesso; pluralismo de ideias; respeito à diversidade humana, linguística e cultural, dentre outros.

() A liberdade de crença é um princípio constitucional, assim como o direito à educação. Quando a escola não está vinculada a algum ensino religioso, portanto, não pode algum aluno se ausentar de atividade escolar por motivo de crença, pois isso feriria o direito do aluno à educação de qualidade.

() O afastamento de atividades presenciais e convívio escolar é uma exceção na Educação brasileira, sendo um regime especial que pode ser concedido mediante comprovação de impossibilidade de frequentar a instituição de ensino para estudantes com tratamento de saúde, lactantes, ou que exerçam a parentalidade de crianças até três anos de idade.

() A educação escolar bilíngue e intercultural deve ser ofertada aos estudantes surdos, surdos-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, assim como também aos indígenas.

Assinale a alternativa que representa a sequência correta:

- (A) F – V – F – F – V.
- (B) F – V – V – F – V.
- (C) V – V – F – F – V.
- (D) V – F – V – V – F.
- (E) F – F – V – V – F.

Questão 25

(Correta: C)

Considere as assertivas sobre marcos normativos da Educação em relação a comunidades subrepresentadas ou em maior vulnerabilidade apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() O ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no ensino fundamental e médio é incentivado, mas não obrigatório, especialmente em instituições privadas, em respeito à autonomia curricular.

() Aos povos indígenas é garantido que o Ensino Fundamental seja em português e na língua materna de cada povo, também lhes sendo garantidos os valores interculturais e artísticos.

() A oferta de Educação básica para a população rural deve ser contextualizada a essa realidade, promovendo a efetiva inclusão de estudantes, inclusive com adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e condições climáticas.

() A Educação Profissional Técnica de Nível Médio apenas poderá ser desenvolvida em estabelecimentos de Ensino Médio.

() O Estado brasileiro não possui qualquer normativa que busque promover medidas para a garantia da Educação do povo quilombola no país, ferindo o princípio de não discriminação contra essa população.

Assinale a alternativa que representa a sequência correta:

- (A) F – F – V – V – V.
- (B) V – F – F – V – F.
- (C) F – V – V – F – F.
- (D) V – V – F – F – V.
- (E) F – V – V – F – V.

Questão 26

(Correta: B)

Assinale a alternativa correta sobre conflitos no ambiente escolar e as formas legais de lidar com esses eventos:

- (A) Profissionais da Educação não podem se envolver na mediação e resolução de conflitos quando houver algum incidente escolar envolvendo estudantes menores de idade, sendo essa mediação responsabilidade exclusiva de pais ou responsáveis legais.
- (B) A educação escolar deve se vincular à prática social e se inspirar no ideal de solidariedade humana, assim, a mediação e formas alternativas de resolução de conflito são dever não só da família, mas também dos profissionais da Educação.
- (C) Também é responsabilidade dos profissionais da Educação identificar e mediar conflitos que acontecem no ambiente virtual, mas não há qualquer recurso do Ministério da Educação (MEC) que oriente nesse sentido.
- (D) A prática de intimidação sistemática só é caracterizada quando há ações agressivas, como ataques físicos ou insultos. O isolamento social, ainda que consciente e premeditado, não caracteriza intimidação sistemática, pois não se pode forçar a convivência a ninguém, o que feriria princípios de liberdade e dignidade humana.
- (E) Profissionais da Educação não têm qualquer obrigação de agir em relação às práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying) no ambiente escolar, embora a mediação desses casos seja recomendável.

Questão 27

(Correta: E)

A Lei n.º 13.185, de 6 de novembro de 2015, institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Marque a seguir a alternativa correta a respeito dessa prática e dessa lei:

- (A) A proteção contra o bullying é um dever da Escola enquanto instituição, mas isso não acarreta responsabilidades para professoras/es e outras/os profissionais da Educação, apenas às Secretarias Estaduais e Distrital de Educação.

- (B) O cyberbullying, por acontecer em ambiente virtual, não pode ser considerado uma prática do ambiente escolar, com isso desobrigando-se as escolas e profissionais da educação de qualquer ação em relação a essa prática.
- (C) A Lei que caracteriza o bullying dá margem para um pensamento que privilegia o "politicamente correto" em detrimento da construção da resiliência humana. Assim, essa lei fere a livre manifestação de pensamento, a autonomia escolar e a liberdade de expressão, garantias constitucionais, que não podem ser cerceadas. Assim, essa lei e qualquer outra nesse sentido devem ser declaradas inconstitucionais, portanto, desconsideradas.
- (D) A única alternativa para lidar com o bullying é a responsabilização criminal de quem o comete. Quando se tratar de menores de idade ou de indivíduos que não sejam plenamente capazes, serão criminalmente responsabilizadas as pessoas que exercerem a parentalidade de perpetradores.
- (E) O bullying é todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima. Pode acontecer também no ambiente virtual e deve ser combatido por toda a sociedade, tendo as escolas uma especial obrigação em fazê-lo.

Questão 28

(Correta: A)

Marque a alternativa correta a respeito da Personalidade e Capacidade Civil:

- (A) Todas as pessoas, independente de sua idade, condição de saúde, habilidades, de ser ou não portadora de deficiência, é capaz de direitos e de deveres no ordenamento civil brasileiro.
- (B) Indígenas são considerados relativamente incapazes perante o ordenamento jurídico. Uma vez que seus costumes são muito distintos do restante da população, precisam sempre da tutela do Estado para qualquer ato da vida civil, o que é uma medida para garantir sua proteção.
- (C) Pessoas com deficiência não têm capacidade civil por causa de sua condição de maior vulnerabilidade, precisando ser representadas por alguém que seja responsável legal, exerça tutela ou curatela, a depender do caso.
- (D) Dentre as causas de cessação da menoridade de pessoas com menos de 18 anos está o matrimônio, assim, menores de 18 anos podem se casar com outra pessoa de qualquer idade.

- (E) Assim como os menores de 16 anos, os ébrios habituais (alcoolistas) ou toxicômanos são absolutamente incapazes, precisando ser representados para praticar atos da vida civil. Essa é uma alteração legislativa recente que reconhece que o uso abusivo de álcool e outras drogas é uma questão de saúde, portanto, merece especial atenção. Isso provê uma proteção especial a essas pessoas pelo Estado brasileiro, e para terceiros, pois estabelece formas em que os negócios jurídicos praticados com essas pessoas sejam considerados plenos de direito.

Questão 29

(Correta: B)

Uma escola técnica estadual oferta curso de Administração integrado ao ensino médio. Durante aula de Direito do Trabalho, um professor apresenta aos estudantes a seguinte situação hipotética: empresa contrata jovem de 17 anos para trabalho noturno em função administrativa, celebra contrato por prazo determinado de 90 dias sem hipótese legal que o justifique e, ao término, não renova o contrato sem conceder aviso-prévio, alegando que o término do prazo dispensa essa obrigação. O estudante questiona se todas as três situações são ilegais. Assinale a alternativa que apresenta a análise juridicamente correta das três situações, adequada para ser ensinada no contexto da educação profissional técnica:

- (A) O trabalho noturno de menor de 18 anos é vedado constitucionalmente; o contrato por prazo determinado sem hipótese legal é válido enquanto não impugnado; o término do prazo determinado gera direito a aviso-prévio apenas quando o empregador decide não renovar o contrato por razões econômicas devidamente comprovadas.
- (B) O trabalho noturno de menor de 18 anos é vedado constitucionalmente; o contrato por prazo determinado sem hipótese legal converte-se automaticamente em contrato por prazo indeterminado; o término do contrato por prazo determinado não gera direito a aviso-prévio, mas a ausência de hipótese legal que justifique o prazo determinado impõe o reconhecimento do vínculo por prazo indeterminado, tornando o aviso-prévio devido.
- (C) O trabalho noturno de menor de 18 anos é vedado constitucionalmente; o contrato por prazo determinado sem hipótese legal é nulo e converte-se em contrato por prazo indeterminado; o término do prazo determinado, ainda que válido, sempre gera direito a aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, nos termos da Lei nº 12.506/2011.

- (D) O trabalho noturno de menor de 18 anos é permitido em funções administrativas, pois a vedação constitucional restringe-se a atividades insalubres e perigosas; o contrato por prazo determinado sem hipótese legal é irregular, mas produz efeitos até ser declarado nulo; o término do contrato por prazo determinado nunca gera direito a aviso-prévio, independentemente da validade do contrato.
- (E) O trabalho noturno de menor de 18 anos é permitido em funções administrativas diurnas com extensão noturna eventual; o contrato por prazo determinado converte-se em indeterminado apenas após dois contratos sucessivos; o término do prazo determinado nunca gera aviso-prévio, pois ambas as partes conhecem antecipadamente a data de encerramento do vínculo.

Questão 30

(Correta: A)

A Lei n.º 13.146, de 2015, é um importante marco normativo, uma vez que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), abordando direitos dessas pessoas e deveres do Estado para a proteção desse grupo social. Marque a alternativa correta a respeito das formas de proteção e inclusão de pessoas com deficiência:

- (A) Além do acesso ao sistema educacional universal, pessoas com deficiência têm direito a atendimento complementar de educação, que deve ser feito tanto em instituições públicas quanto privadas de ensino.
- (B) O direito à educação para pessoas com deficiência envolve a necessidade de criação de escolas exclusivas para essa população e, onde não houver escola exclusiva, será oferecido transporte escolar para a escola mais próxima, pois isso faz parte do pacote de serviços socioassistenciais a pessoas com deficiência.
- (C) A LBI institui o direito à Educação da pessoa com deficiência como dever do Estado e de toda sociedade em nível básico e fundamental. O acesso ao nível superior ainda não foi garantido, sendo uma grave lacuna da legislação.
- (D) Pessoas com deficiência mental ou intelectual, que antes eram consideradas absolutamente incapazes, a partir dessa lei podem se casar, mas apenas após aprovação e expressão de vontade de seu representante ou curador.
- (E) Escolas particulares têm direito a recusar a matrícula de estudantes com deficiência, pois é dever do poder público garantir a Educação e não da iniciativa privada.

Questão 31

(Correta: E)

Assinale a alternativa correta a respeito das relações de consumo no ordenamento jurídico brasileiro:

- (A) O direito de arrependimento de compra de produto ou de serviço pode ser exercido a qualquer momento e em qualquer compra, desde que dentro do prazo de sete dias.
- (B) A concessão de crédito é uma liberalidade das instituições financeiras, assim, bancos e fornecedores de crédito têm autonomia para estabelecer critérios próprios para avaliar riscos e recusar empréstimos ou cartões. Inclusive podem criar taxas de juros mais baixas para uma pessoa que tem anotações restritivas de crédito se esta concordar com a renúncia de judicialização, desde que seja uma cláusula opcional e não de adesão.
- (C) Se um produto em prateleira de supermercado estiver com anotação de preço menor do que consta no sistema do estabelecimento, ao chegar no momento do pagamento, o produto pode ser cobrado de acordo com o preço do sistema, por tratar-se de um erro humano razoável e que não enseja qualquer dano ao consumidor, vez que não houve antecipação de expectativa e presume-se a boa-fé nas relações de consumo.
- (D) Quando um contrato é aberto para negociação, o consumidor pode renunciar ao direito de judicialização no ato do contrato, o que confere ao ato, assim como a ambas as partes, maior segurança jurídica.
- (E) Os contratos que forem unilateralmente estabelecidos pelo fornecedor de produtos ou serviços estão abertos à disputa judicial.

Questão 32

(Correta: E)

Entende-se por superendividamento a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial. Assinale a alternativa correta a respeito da prevenção e tratativas do superendividamento no Brasil:

- (A) O superendividamento por bets não tem nenhum tratamento legal, pois a lei do superendividamento (Lei n.º 14.181/2021) foi criada antes da massiva disseminação desse tipo de apostas.
- (B) A negativa de crédito a pessoa idosa por alegação de superendividamento é crime por se tratar de uma discriminação contra esse grupo de pessoas, que tem especial proteção do Estado.
- (C) Quando uma repactuação de dívidas for instaurada judicialmente, o não comparecimento de credor não configura renúncia do direito ao crédito e nem suspensão da exigibilidade do débito, uma vez que a obrigação de pagar continua válida.
- (D) A prevenção ao endividamento apenas acontece em contratos de adesão bancários ou de instituições financeiras e em relação a concessão de empréstimos ou uso de cartões de crédito.

(E) Apesar de a concessão de crédito ser liberalidade de instituições financeiras, a repactuação de dívidas pode ser instaurada por determinação judicial.

Questão 33

(Correta: D)

A efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável é um compromisso do Estado Brasileiro com as gerações presentes e futuras. Considere as afirmativas apresentadas a seguir sobre esse tema e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__) O compromisso com a responsabilidade ambiental por parte do Estado Brasileiro é voltado apenas para os setores comerciais e profissionais da sociedade, não estando envolvida a educação ambiental no currículo escolar por se tratar de um tema de maior complexidade que precisa de especialistas para ser ensinado.

(__) O direito a um meio ambiente equilibrado é um direito coletivo, portanto, apenas o Ministério Público Federal pode propor ação para sua proteção, assim como de outros interesses difusos e coletivos.

(__) Um dos objetivos estratégicos para a efetivação do desenvolvimento sustentável que proporcione um meio ambiente equilibrado é o fortalecimento de modelos de agricultura familiar e agroecológica, que envolve inclusive a adoção curricular de adaptações para as peculiaridades da vida rural.

(__) O combate ao trabalho escravo faz parte das ações voltadas à promoção da proteção dos direitos ambientais como direitos humanos.

(__) A indústria de produtos alimentares e bebidas é considerada uma indústria de baixo teor poluente, uma vez que é altamente regulada e exercida de maneira que busca modelos de produção sustentável.

Assinale a alternativa que representa a sequência correta:

- (A) V – F – V – F – V.
- (B) F – V – V – F – V.
- (C) F – V – F – F – V.
- (D) F – F – V – V – F.
- (E) V – F – F – V – F.

Questão 34

(Correta: A)

A Política Nacional do Meio Ambiente, criada pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Marque a alternativa correta a respeito dessa Política:

- (A) É competência exclusiva do Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelecer normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações.
- (B) O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é constituído por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como por fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, faltando no SISNAMA apenas órgãos executores, que são previstos e regulamentados por cada município.
- (C) A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) é criada para garantir o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e deve ser paga por todos que exercem atividades utilizadoras de recursos naturais e potencialmente poluidoras.
- (D) Compete exclusivamente à União elaborar normas e padrões relacionados com o meio ambiente, uma vez que se trata de direito difuso e coletivo.
- (E) Apenas pessoas jurídicas, tanto de direito privado quando público, são consideradas poluidoras perante a Lei, pois o potencial de dano de uma pessoa física é meramente residual, sendo irrelevante para o equilíbrio ambiental.

Questão 35

(Correta: D)

Assinale a alternativa correta a respeito de marcos normativos do ordenamento jurídico brasileiro referentes ao meio ambiente:

- (A) Mesmo em casos de desastre ambiental, o Poder Público só pode atuar na contratação de serviços ou aquisição de bens até o limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) sem licitação, visando observar os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, como prescreve o Art. 37/CF e a Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021).
- (B) Uma das diretrizes para adaptação à mudança do clima estabelecida pela Lei n.º 14.904/2024 é a proibição de pesquisa por instituições privadas, por não terem, necessariamente, compromisso com a garantia do meio ambiente equilibrado, direito humano difuso e coletivo.
- (C) O Brasil é considerado um país de vanguarda nas políticas ambientais, mas a discussão sobre o mercado de carbono ainda não chegou ao Congresso Nacional, o que faz com que o país ainda dependa de normativas internacionais para aplicar regulações a gases poluentes emitidos por indústrias instaladas em território nacional.

- (D) A política nacional de qualidade do ar, instituída pela Lei n.º 14.850/2024, estabelece parâmetros para os Estados e o Distrito Federal terem acesso a recursos da União destinados às políticas públicas ou a financiamentos de entidades de crédito ou de fomento para essa finalidade.
- (E) A Lei n.º 14.904/2024 estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima, dentre elas demarcando a proibição de perfuração de terras próximas a fozes de rios, motivo pelo qual deveria ter sido negada a perfuração exploratória próximo à Foz do Amazonas.

Questão 36

(Correta: C)

O Marco Civil da Internet, Lei n.º 12.965/2014, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Avalie as alternativas a seguir, registrando V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() As corporações proprietárias de redes sociais que não têm sede no Brasil não são obrigadas a cumprir as regras do Marco Civil da Internet, exceto em casos de cometimento de crimes que sejam considerados gravíssimos no ordenamento jurídico internacional.

() O acesso à internet não só é um direito, como também é considerado essencial para o exercício da cidadania, fazendo parte inclusive do direito à liberdade de expressão e, assim, configurando-se parte dos direitos humanos.

() É dever constitucional do Estado garantir a capacitação para o uso seguro, consciente e responsável da internet em todos os níveis de Ensino.

() Em função da livre iniciativa, não pode o Estado regular o uso dos dados pessoais entregues deliberadamente para as empresas que operam os serviços de acesso à internet.

() As corporações proprietárias de redes sociais só podem ser responsabilizadas por publicações feitas por terceiros após notificação judicial, como reza o Art. 19 da referida Lei.

Assinale a alternativa que representa a sequência correta:

- (A) V – F – F – V – V.
(B) F – F – V – F – V.
(C) F – V – V – F – F.
(D) V – F – V – V – F.
(E) F – V – F – F – V.

Questão 37

(Correta: A)

Avalie as alternativas a seguir a respeito do uso das tecnologias digitais por crianças e adolescentes e assinale a correta:

- (A) Fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação têm o dever de mitigar o risco de acesso de crianças e adolescentes a jogos de azar, como as bets.
- (B) Jogos eletrônicos direcionados a crianças e adolescentes que possibilitem a interação entre usuários por meio de mensagens de texto, áudio, vídeo ou troca de conteúdos, de forma síncrona ou assíncrona devem garantir a aplicação de salvaguardas a direitos de crianças e adolescentes, disponibilizando sistema para denúncias, informações aos denunciantes sobre a apuração das denúncias e instrumentos para revisão e reversão de decisões sobre tais denúncias. Essas denúncias, no entanto, devem ser mantidas em sigilo visando o melhor interesse da criança e do adolescente.
- (C) A supervisão parental é essencial para suprir a ausência de mecanismos confiáveis para averiguação etária dos usuários, sendo a oferta do controle parental a única exigência para todas as plataformas que oferecem produtos ou serviços impróprios a menores de 18 anos.
- (D) A oferta de todos os produtos ou serviços impróprios ou inadequados para menores de 18 anos está condicionada à declaração de idade pelo usuário.
- (E) O tratamento dos dados de crianças e adolescentes que utilizam os serviços de internet deve ser realizado de forma a garantir seu melhor interesse, condicionando sua participação em qualquer tipo de jogo ao consentimento específico de pelo menos um dos pais ou responsável legal.

Questão 38

(Correta: A)

O uso de tecnologias digitais criou mudanças no Judiciário. Avalie as assertivas a seguir e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() A citação por WhatsApp no ordenamento jurídico brasileiro é permitida, desde que haja comprovação de que a citação foi efetivamente recebida.

() Uma das inovações das tecnologias digitais foi a realização de atos processuais de forma eletrônica, o que torna os registros mais acessíveis, porém, os processos judiciais não podem correr inteiramente por meio digital.

() As audiências virtuais só são possíveis quando uma das partes tem comprovada restrição de mobilidade ou quando o processo correr em juízo em município distinto da moradia da parte com maior hipossuficiência.

() Não há extinção de direito de praticar ou de emendar o ato processual quando se comprova inoperância do sistema.

() Embora haja uma tendência de digitalização dos processos, ainda é possível praticar atos por meio que não seja eletrônico.

Assinale a alternativa que representa a sequência correta:

- (A) V – F – F – V – V.
- (B) V – F – V – F – F.
- (C) F – V – F – F – V.
- (D) V – F – V – V – F.
- (E) F – V – V – F – V.

Questão 39

(Correta: D)

Homologado concurso público, um candidato aprovado foi nomeado para cargo efetivo e passou a entender que a posse poderia ocorrer a qualquer tempo dentro do exercício financeiro, pois a nomeação já teria criado vínculo funcional pleno. Assinale a alternativa que indica a interpretação mais adequada para essa situação:

- (A) A posse só é formalmente exigível para cargos em comissão, sendo nos cargos efetivos substituída pelo início do exercício mediante designação formal da chefia imediata.
- (B) A posse confunde-se juridicamente com o exercício e ambos independem de formalização específica no regime do serviço público catarinense.
- (C) A posse é ato meramente protocolar, dispensável quando o candidato já manifestou interesse no cargo ao se inscrever e ao aceitar a convocação no concurso público.
- (D) A posse possui prazo legal próprio e integra de forma autônoma a constituição do vínculo funcional, não podendo ser tratada como ato indiferenciado no tempo após a publicação da nomeação.
- (E) A posse pode ocorrer em qualquer momento dentro do exercício financeiro, desde que antes da realização do primeiro pagamento de remuneração pelo ente nomeante.

Questão 40

(Correta: A)

Sobre o estágio probatório no regime estatutário catarinense, analise as afirmativas. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__) O afastamento do servidor durante o estágio probatório, em hipóteses não previstas como exceções legais, suspende a contagem do período porque a finalidade do estágio envolve efetiva verificação de requisitos de desempenho e conduta funcional.

(__) Avaliações parciais satisfatórias obtidas antes do afastamento suprem o requisito de acompanhamento do período restante, pois demonstram que o servidor já atende aos requisitos do cargo.

(__) A contagem do estágio probatório não se confunde com a continuidade abstrata do vínculo funcional: a primeira pode ser suspensa por afastamentos não excetuados em lei; o segundo permanece íntegro independentemente do afastamento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – V – V.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E
51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E
56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 25 de maio de 2026**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br/>, na Área do Candidato.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 26 de maio de 2026 e 23h59min59seg do dia 27 de maio de 2026**.

24 de maio de 2026